



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Secretaria de Política Tecnológica Empresarial

1ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO
FUNDO SETORIAL ESPACIAL
CGEE, 27 de novembro de 2002.

Ata da Reunião

Presentes:

Celso Pinto de Melo – CNPq - **Membro**
Maurício Mendonça – MCT – **Presidente do Comitê**
Múcio Roberto Dias – AEB - **Membro**
Ricardo Torga do Carmo – Ministério da Defesa - **Membro**
Américo Rodrigues Filho – MCT
Carlos Alberto Pitaluga – CNPq
Cleisson de Paula – Radiobrás
Daniel Borges Netto – AEB
Eliana da Silva Soares de Lara - MCT
Elizabeth Honda – CNPq
Joel Weisz – CGEE
Jorge H.C Castro – MCT
Ludimila Dante Ribeiro – AEB
Reinaldo Fernandes Danna – MCT
Roberto Tsustsui – Ministério da Defesa
Yu Chi Au – AEB

Notas da Reunião:

Dr. Maurício Mendonça, Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial Espacial iniciou a reunião dando as boas vindas a todos, informando que a

reunião é de caráter inicial, basicamente para dar partida nos trabalhos do Fundo.

Em seguida, fez uma rápida apresentação do Fundo Setorial Espacial, aprovado por meio da Lei nº 9.994 de 24 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 3.915, de 12 de setembro de 2002. Houve diversas dificuldades na sua implementação em função particularmente da intermitência de suas receitas. Uma das fontes que estava prevista para funcionamento desse Fundo, vista então como importante, era justamente uma parte da venda de serviços da base de lançamento de Alcântara. Infelizmente Alcântara enfrentou uma série de problemas para se viabilizar comercialmente durante esse período. Com isso, a única fonte de receita que se efetivou nesse período foi uma parte da venda de posições orbitais que a ANATEL coordena. Mesmo assim, há condições para, a partir do ano que vem, quando os trabalhos efetivamente começarem, tentar se recompor essa receita. A expectativa é viabilizar Alcântara e, com isso, viabilizar os recursos.

Seguindo a reunião, foi feita a apresentação dos Membros do Comitê Gestor.

Seguindo a pauta, Dr. Maurício Mendonça fez a leitura da proposta de Regimento Interno do Comitê Gestor, fazendo, ao mesmo tempo, uma explanação. Falou da Composição do Comitê Gestor, do mandato dos membros externos que é de 2 anos com possibilidade de recondução. No Art. 5º do capítulo III, que trata das Competências, Dr. Maurício Mendonça fez uma explicação mais detalhada e cuidadosa. Informou que o Comitê Gestor é um fórum de discussão de estratégias que indica às Agências, ações que devam ser conduzidas no âmbito, por exemplo, da formação de recursos humanos ou de contratação de projetos ou da publicação de editais específicos para atender uma determinada área ou da encomenda de algum tipo de projeto que seja prioritário em tecnologia espacial.

As reuniões poderão ser ordinárias ou extraordinárias. Nas ordinárias serão realizadas apresentações de temas importantes. Sugeriu inclusive que na próxima reunião fosse feita uma apresentação de como opera a FINEP e o CNPq para que os Conselheiros se familiarizem com o sistema de fomento de Ciência e Tecnologia e convidaria a AEB a fazer uma apresentação do seu programa espacial de forma que possamos trabalhar sempre em sintonia com os objetivos do Programa Espacial Brasileiro. Disse ainda que o Fundo Espacial é visto como uma iniciativa articulada ao trabalho da AEB e que acredita conseguir, a partir daqui, alavancar também o apoio das empresas para o desenvolvimento Científico Tecnológico do setor espacial juntamente com as iniciativas da AEB. No item “Das Atividades Técnicas”, Dr. Maurício informou que o CGEE, assim como as Assessorias do MCT, do CNPq e da FINEP e, evidentemente, no caso do Fundo Espacial, a AEB vão trabalhar juntas. O Fundo Setorial tem uma Secretaria Técnica constituída pelo Ministério da Ciência e Tecnologia- MCT e pelo Centro de Gestão de Estudos Estratégicos -

CGEE. Assinalou ainda que o Regimento proposto segue um modelo padrão para todos os fundos. Em seguida, Dr. Maurício Mendonça abriu a palavra para comentários. Não tendo havido sugestões de alterações, o Regimento Interno do Comitê Gestor foi dado como aprovado.

Na seqüência da reunião, Dr. Maurício Mendonça apresentou o Documento de Diretrizes do Programa de C&T para o setor Espacial. Agradeceu a participação da AEB na confecção do documento e comentou que o documento é extremamente interessante, dada a visão panorâmica que ele oferece das atividades espaciais em termos internacionais e dos desafios nessa área. Em relação ao Brasil, ele coloca vários elementos importantes a respeito das possibilidades, dos trabalhos que já foram realizados no âmbito da AEB, principalmente nos programas com os CBERS, Satélite, Estação Espacial e o próprio PNAE, demonstra que há uma infra-estrutura competente, tanto do ponto de vista de integração e testes de equipamentos no Laboratório de Integração e Testes (LIT) em São José dos Campos, quanto no Centro de Lançamento de Alcântara, que coloca o País em posição bastante privilegiada em termos internacionais no tocante a lançamentos.

O Ministério da Ciência e Tecnologia está colocando, no LIT, R\$ 16 milhões, para ampliação do laboratório, em investimento feito através do Fundo Verde e Amarelo, em parceria com várias empresas privadas que, com isso, passam a ser quotistas no LIT. No Centro de lançamento de Alcântara, nos últimos dois anos e meio, já foram colocados mais de 44 milhões de reais.

Destacou o VLS, o veículo lançador de satélites que está sendo integrado no CTA para lançamento no 1º semestre de 2003 e já representa um investimento em torno de R\$ 14 milhões. Destacou também o CBERS que, desde setembro de 2000 consta de um novo protocolo com a China para a construção de mais dois Satélites: o CBERS 3 e o CBERS 4, que deverão ser construídos nos próximos anos. Destacou os projetos em tecnologias estratégicas para área espacial.

Após esse relato, Dr. Maurício Mendonça abriu a palavra aos Conselheiros, sugerindo que o documento fosse aprovado como um documento inicial, permitindo assim que o Comitê Gestor, a partir do próximo ano, com sua nova formação, fizesse uma revisão com mais tempo e detalhes. A sugestão foi aceita e o Documento Básico de Diretrizes foi aprovado.

Quanto às próximas providências, Dr. Maurício Mendonça propôs uma recomendação do Comitê Gestor de estruturação de um grupo de trabalho com membros do Comitê ou representantes, cuja função seria analisar o Documento Básico de Diretrizes com mais profundidade. Solicitou ao CGEE que coordenasse esse trabalho. Outra providência seria preparar uma minuta do plano de arrecadação de recursos, uma decisão do Comitê Gestor para o período de 2003/2004 sendo esse um ponto extremamente importante que precisa ser avaliado na próxima reunião pelos Membros do Comitê Gestor. Uma terceira providência deverá ser a estruturação da próxima reunião do Comitê

Gestor, com ênfase na discussão das Diretrizes e do Plano Anual de Investimento, definindo, para a pauta da próxima reunião, uma apresentação do CNPq, da FINEP e também uma apresentação da AEB sobre Política Nacional na área espacial.

Dr. Maurício Mendonça informou que o Fundo Espacial já tem arrecadação, desde 2000, que monta a R\$ 6,7 milhões. 20% desse valor vão para o Fundo de Infra-Estrutura (CT-Infra). Portanto, um saldo financeiro líquido de cerca de R\$ 5 milhões (Cinco milhões de reais) está disponível na FINEP. Em 2002, não houve previsão da ANATEL de receita resultante da venda de posições orbitais. Entretanto, a ANATEL informou que teria que passar, ainda neste ano, R\$1 milhão (Hum Milhão de Reais). A forma como a ANATEL repassará esse recurso para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT está em discussão. Somando-se, ainda, R\$1,2 milhão (Hum milhão e duzentos mil reais) de repasse previsto para 2003, resultam R\$ 2,2 milhões (Dois milhões e duzentos mil reais) de disponibilidade adicional para o Fundo em 2003.

Infelizmente, a ANATEL só informou esse valor após a SOF ter fechado o orçamento. Com isso, o projeto de lei que encaminhou a proposta orçamentária de 2003 foi sem previsão de receita para o CT-Espacial. O Ministério da Ciência e Tecnologia está tentando reverter essa situação junto à Comissão de Orçamento do Congresso. No exercício de 2002, em função de contingenciamentos, o limite de empenho para o CT-Espacial é de R\$ 647,9 mil (seiscentos, quarenta e sete mil e novecentos reais). Sobrariam, portanto, em torno de R\$4,3 milhões (Quatro milhões e seiscentos mil reais). Esse valor poderá ser solicitado logo no início do próximo ano ou se tenta acordar com a Comissão de Orçamento, ainda no corrente ano, R\$ 4,9 milhões para serem utilizados a partir do ano que vem. Isso significa pedir um crédito suplementar que levasse a um orçamento de R\$ 6 milhões para 2003.

Em seguida, Dr. Maurício Mendonça falou ao Secretário Técnico do Fundo Espacial, Dr. Joel Weisz do CGEE, da necessidade de se criar um grupo especificamente para tratar da questão orçamentária e financeira desse Fundo. Seria um grupo restrito, composto por representantes da ANATEL, do CGEE, do MCT e da AEB, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia através da Assessoria de Captação de Recursos – ASCAPE, responsável por esse assunto no âmbito do MCT, para fazer um estudo sobre alternativas de receita para o Fundo Espacial, de tal forma que se consiga não só regularizar a situação orçamentária, mas deixar também uma exposição de motivos ou uma Nota Técnica ao Ministro de Estado que deverá assumir em janeiro, para que ele possa solicitar ao Ministério do Planejamento uma adequação no orçamento de 2003, com um acompanhamento e uma maior previsibilidade de arrecadação das receitas desse Fundo.

Para 2002, há duas opções: 1) Não iniciar qualquer tipo de atividade, abrindo mão inclusive do limite de R\$ 647,9 mil (Seiscentos e quarenta e sete

mil e novecentos reais); ou, 2) Iniciar uma carteira simbólica com um ou dois projetos de interesse comum para dar início à operação do Fundo. Até o momento, do ponto de vista do Ministério da Ciência e Tecnologia, foram identificados apenas dois projetos: um enviado pelo CTA –do Centro de Lançamento de Alcântara – basicamente uma proposta de modernização da estrutura de Alcântara, principalmente na parte de sensoriamento e acompanhamento do lançamento. O segundo projeto é do INPE – Recuperação do Banco de Imagens de Satélite.

Dr. Maurício Mendonça solicitou autorização ao Comitê Gestor para que o Ministério da Ciência e Tecnologia viabilizasse a contratação desses dois projetos. O Almirante Ricardo Torga perguntou como seria viabilizado o processo. Dr. Maurício Mendonça fez um esclarecimento do processo passo a passo.

As decisões da reunião serão implementadas através de Resoluções cujo textos serão enviados por e-mail aos Membros do Comitê Gestor e os extratos serão publicados no Diário Oficial da União.

Nada mais havendo para ser tratado, Dr. Maurício Mendonça encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

Maurício Otávio Mendonça Jorge
Presidente do Comitê Gestor

Ricardo Torga do Carmo

Marcos da Rocha Lima

Múcio Roberto Dias

Terezinha de Jesus Guimarães

Celso Pinto de Melo

João Carlos Fagundes Albernaz

Michal Gartenkraut

César Celeste Ghizoni